Revista (Con)Textos Linguísticos
Periódico do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) eISSN 1982-291X

(Con)Textos Linguísticos, Vitória
v. 20, n. 45, 2026 | 687-712 |
periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos
Recebido: 04-2026
Aceito: 08-2026

Evidências de culpabilização no discurso de vítimas: a compreensão dos espaços mentais por meio da argumentatividade implícita

Evidence of blame-solving in victims' discourse: understanding mental spaces through implicit argumentation

Hanna Gabrielle do Vale Almeida[1]
Leidiane do Livramento Lima Sarges[2]
Carliane Miranda Carneiro Aguiar[3]
Monica Fontenelle Carneiro[4]
Cássius Guimarães Chai[5]
Tiago de Aguiar Rodrigues[6]

Resumo: Este artigo investiga as evidências de culpabilização no discurso de vítimas, mobilizando a Teoria dos Espaços Mentais, proposta por Fauconnier (1994), como viés teórico-metodológico, articulando-a à noção de argumentatividade implícita. A Teoria dos Espaços Mentais permite mapear como espaços base e espaços evocados se conectam e influenciam a produção de sentido. Metodologicamente, a análise avalia indicadores linguísticos e semânticos que evidenciam orientações atribuídas à vítima, negociações de agência e estratégias narrativas que podem funcionar como evidências de culpabilização. O artigo analisa como a ativação de espaços mentais e a organização linguística no discurso de vítimas de violência contribuem para a construção de sentidos avaliativos, evidenciando processos de argumentatividade implícita que favorecem interpretações de culpabilização da vítima. O corpus é constituído por excertos discursivos extraídos de material (online) de acesso público, que reúne relatos de mulheres vítimas de violência. Os resultados indicam que os espaços mentais ativados e as escolhas linguísticas das vítimas evidenciam dinâmicas discursivo-cognitivas que organizam a construção de cenários interpretativos de violência. Nesses cenários, a vítima é frequentemente configurada como agente avaliável, uma vez que os mapeamentos entre espaços mentais reordenam papéis de agência e responsabilidade, permitindo que ações, reações e estados emocionais sejam interpretados como fatores explicativos da violência.

Palavras-chave: Culpabilização. Vítimas. Espaços Mentais. Argumentatividade Implícita.

[1] Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Letras, São Luís, MA, Brasil. Endereço eletrônico: hannagvalmeida@gmail.com.
[2] Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Letras, Bacabal, MA, Brasil. Endereço eletrônico: leidiane.sarges@discente.ufma.br.
[3] Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Letras, Bacabal, MA, Brasil. Endereço eletrônico: carlianemca@gmail.com.
[4] Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará, Professora do Departamento de Letras e dos Programas de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão. Endereço eletrônico: mf.carneiro@ufma.br.
[5] Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais de Vitória, Brasil. Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão, Promotor de Justiça - MPMA. Endereço eletrônico: cassius.chai@ufma.br.
[6] Professor do Departamento de Letras da UnB. Endereço eletrônico: tiagoar@unb.br.

CC BY

Revista (Con)Textos Linguísticos
Periódico do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)
eISSN 1982-291X

(Con)Textos Linguísticos, Vitória
v. 20, n. 45, 2026 | 687-712 |
periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos
Recebido: 04-2026
Aceito: 08-2026

Abstract: This article investigates evidence of victim-blaming in victim discourse, employing Fauconnier's (1994) Theory of Mental Spaces as a theoretical-methodological approach, and articulating it with the notion of implicit argumentation. The Theory of Mental Spaces allows us to map how base spaces and evoked spaces connect and influence the production of meaning. Methodologically, the analysis evaluates linguistic and semantic indicators that reveal orientations attributed to the victim, negotiations of agency, and narrative strategies that can function as evidence of victim-blaming. The article will analyze how the activation of mental spaces and linguistic organization in the discourse of victims of violence contribute to the construction of evaluative meanings, highlighting processes of implicit argumentation that favor interpretations of victim-blaming. The corpus consists of discursive excerpts extracted from publicly accessible (online) material, which compiles accounts from women victims of violence. The results indicate that the activated mental spaces and linguistic choices of the victims reveal discursive-cognitive dynamics that organize the construction of interpretative scenarios of violence. In these scenarios, the victim is frequently configured as an evaluable agent, since the mappings between mental spaces reorder roles of agency and responsibility, allowing actions, reactions, and emotional states to be interpreted as explanatory factors of the violence.

Keywords: Blaming. Victims. Mental Spaces. Implicit Argumentation.

CC BY

Introdução

Desenvolvida à luz da Linguística Cognitiva, a Teoria dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1994) fornece um modelo para investigar a linguagem pela ótica da construção e conexão cognitiva, ou seja, nos fornece um modo operacional sobre a organização do pensamento. Tendo em vista a compreensão da construção do significado, os espaços mentais são uma zona de construção estruturada, constituída e organizada de conhecimentos relativamente estáveis onde o espaço-alvo e o espaço-base se conectam e permitem explicar ou formular hipóteses através de pequenos conjuntos da memória de trabalho em situação real.

A violência vivenciada por mulheres constitui um fenômeno complexo que atravessa dimensões sociais, emocionais e discursivas, produzindo efeitos duradouros sobre a forma como experiências traumáticas são narradas e compreendidas. Nos relatos de vítimas, a linguagem não atua apenas como meio de descrição dos acontecimentos, mas como espaço de elaboração cognitiva e emocional, no qual papéis, responsabilidades e avaliações morais são constantemente negociados. Nesse contexto, determinadas escolhas linguísticas podem favorecer interpretações que deslocam a atenção do ato violento para a conduta da própria vítima, abrindo espaço para leituras que naturalizam ou atenuam a violência sofrida. Ao conceber os espaços mentais como domínios cognitivos temporários ativados durante a interação linguística, essa abordagem permite examinar como eventos, agentes e emoções são organizados em diferentes cenários interpretativos.

Em narrativas de violência, a articulação entre espaços mentais pode reconfigurar relações de causalidade e agência, projetando avaliações implícitas que afetam a forma como a experiência é interpretada pelo interlocutor e, muitas vezes, pela própria vítima. Nesse sentido, como observa Kövecses (2020), os espaços mentais tomam emprestada a organização básica dos frames, porém a elaboram a partir de dados específicos do contexto comunicativo, das experiências vividas e das avaliações mobilizadas no discurso. Essa elaboração contextual faz com que os espaços mentais não se limitem à realização de um único frame, podendo resultar da combinação de múltiplos frames, cujos papéis e relações se reconfiguram de acordo com as demandas interpretativas do evento narrado. Assim, diferentemente dos frames enquanto estruturas genéricas de conhecimento, os espaços mentais operam com instâncias particulares de papéis, relações e emoções,

organizando experiências concretas em cenários cognitivos coerentes, altamente específicos e conceitualmente densos. Essa propriedade torna os espaços mentais especialmente produtivos para a análise de discursos situados, como os relatos de violência, nos quais o contexto social, emocional e interacional exerce papel decisivo na construção de sentidos e avaliações.

De acordo com Kövecses (2020, p. 54, tradução nossa):

> Espaços mentais tomam emprestada sua estrutura de frames, mas as estruturas genéricas de frames são elaboradas ainda mais por informações específicas do contexto. Além disso, espaços mentais podem ser estruturados por um ou vários frames diferentes. Ou seja, eles podem ser as realizações de um único frame ou podem depender de uma combinação de papéis e relações de vários frames distintos. Espaços mentais são, então, ainda mais específicos do que frames, pois não operam com papéis e relações genéricos na maioria dos casos, mas com instâncias específicas de papéis e relações. Ao mesmo tempo, eles também são organizações coerentes de experiência, assim como frames e domínios, mas funcionam em um nível muito específico e conceitualmente rico.[7]

As operações subjacentes à produção de significados, de acordo com a Teoria da Integração Conceptual, de Fauconnier e Turner (2002), pressupõem uma união indissolúvel entre significado e forma, nesse sentido, a criação de espaços mentais referenciais ou construções mentais no momento do discurso, é quase sempre inconsciente e tem o propósito de entendimento. No que se refere à Teoria dos Espaços Mentais:

> são estruturas altamente específicas que ocorrem no processamento online em situações comunicativas particulares. Como tal, elas são totalmente influenciadas por vários tipos diferentes de informações contextuais (Kövecses, 2015a). Espaços mentais que participam da metáfora podem ser vistos como elaborações de frames que elaboram aspectos selecionados de domínios para conceituação metafórica. Eles contêm as informações mais específicas que derivam do preenchimento de papéis genéricos com valores particulares, bem como do contexto específico no qual os espaços emergem (Kövecses, 2020, p.57, tradução nossa)[8].

[7] Mental spaces borrow their structure from frames, but the generic structures from frames are further elaborated by specific information from context. In addition, mental spaces can be structured by one or several different frames. That is, they can be the realizations of a single frame or they can rely on a combination of roles and relations from several distinct frames. Mental spaces are, then, even more specific than frames, in that they do not operate with generic roles and relations in most cases but with specific instances of roles and relations. At the same time, they are also coherent organizations of experience, just like frames and domains, but they function at a very specific and conceptually rich level (Kövecses, 2020, p. 54).

[8] They are highly specific structures occurring in online processing in particular communicative situations. As such, they are fully influenced by several different kinds of contextual information (Kövecses 2015a). Mental spaces participating in metaphor can be seen as elaborations of frames that elaborate select aspects of domains for metaphorical conceptualization. They contain the most specific information that derives from filling out

A partir dessa observação, entendemos que o *Frame* é um conceito importante para o funcionamento dos espaços mentais; portanto, quando um elemento da estrutura ou uma informação não for dada, temos a influência do frame na caracterização de um cenário particular com informações ou complementos prováveis (muitos vindos do senso comum) para preencher as representações parciais estabelecendo uma relação entre os domínios e, assim, é produzida uma estrutura emergente que gera as inferências e reações emocionais.

Partindo da hipótese de que, em discursos de vítimas de violência (violência doméstica e outras formas de abuso), ocorrem estratégias linguísticas implícitas que podem ativar espaços mentais que reposicionam agentes, eventos e responsabilidades, levando a interpretações que sugerem, ainda que de forma tácita, responsabilidade ou culpa atribuída à própria vítima, a noção de argumentatividade implícita revela-se central para a análise de discursos nos quais a persuasão não se manifesta de maneira explícita. Em relatos de vítimas, elementos linguísticos aparentemente descritivos podem funcionar como orientadores interpretativos, conduzindo o leitor a inferências avaliativas que incidem sobre comportamentos, emoções ou decisões da vítima antes, durante ou após o evento violento. Essas inferências contribuem para a construção da vítima como um agente avaliável, cuja conduta passa a ser tomada como parâmetro explicativo da violência sofrida.

Ao evidenciar a culpabilização como um efeito discursivo construído por meio de mecanismos implícitos de argumentação, este estudo contribui para deslocar o debate sobre a violência contra a mulher de uma perspectiva centrada apenas em eventos ou comportamentos individuais para uma compreensão mais ampla, que considera a linguagem como instância de produção e legitimação de sentidos. Nesse sentido, a análise proposta não apenas descreve fenômenos linguísticos, mas permite compreender como determinadas formas de dizer operam na manutenção de estruturas simbólicas que sustentam a violência, ao naturalizar a responsabilização da vítima e obscurecer a agência do agressor. Tal abordagem revela a necessidade de intervenções que ultrapassem o campo jurídico ou assistencial, alcançando também as práticas discursivas que circulam socialmente e que, muitas vezes, contribuem para a reprodução dessas dinâmicas. Assim,

---

generic roles with particular values, as well as from the specific context in which the spaces emerge (Kövecses, 2020, p.57).

o trabalho oferece subsídios teóricos e analíticos para investigações futuras e para a construção de práticas críticas que problematizem os modos de significar a violência no âmbito social.

Diante desse cenário, este artigo propõe uma análise de discursos de vítimas a partir da articulação entre espaços mentais, emoções e argumentatividade implícita, com o objetivo de identificar como se estruturam, nos discursos retirados da revista Contexto & Saúde, os sentidos que favorecem processos de culpabilização. Ao focalizar excertos discursivos oriundos da área da saúde, o estudo busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada das relações entre cognição, linguagem e violência, ampliando o debate crítico sobre os modos pelos quais narrativas de vítimas são produzidas, interpretadas e socialmente avaliadas.

A argumentatividade implícita na construção de sentidos sobre a violência

A argumentatividade implícita constitui um mecanismo central na produção de sentidos em discursos nos quais a persuasão não se manifesta por meio de marcas explícitas de convencimento, mas opera de forma difusa, orientando inferências, avaliações e julgamentos ao longo do enunciado. Em contextos de violência, especialmente nos discursos de vítimas, esse tipo de argumentatividade adquire relevância particular, uma vez que os relatos tendem a ser construídos sob forte carga emocional e sob pressões socioculturais que regulam o modo como a experiência pode ou deve ser narrada.

Sob a perspectiva da Linguística Cognitiva, a argumentatividade implícita pode ser compreendida como resultado da articulação entre escolhas linguísticas e a ativação de espaços mentais específicos, nos quais eventos, agentes e emoções são organizados de maneira a orientar a interpretação do interlocutor. Esses espaços não apenas representam os acontecimentos relatados, mas também estruturam avaliações morais e explicações causais que, embora não formuladas de modo direto, passam a integrar o cenário interpretativo construído no discurso.

Nos relatos de violência, observa-se frequentemente que a organização dos espaços mentais desloca o foco do ato violento em si para circunstâncias periféricas, estados

emocionais ou decisões da própria vítima. Esse deslocamento cria condições para que a vítima seja configurada como um agente avaliável, isto é, como alguém cujas ações, reações ou emoções se tornam objeto de julgamento implícito. Assim, a violência deixa de ser apresentada apenas como um evento sofrido e passa a ser interpretada à luz de condutas consideradas adequadas ou inadequadas dentro de determinados padrões socioculturais.

> Janoff-Bulman (1979) mostrou que, enquanto a autoculpa caracterológica maximiza a percepção da própria vulnerabilidade, a autoculpa comportamental maximiza as crenças sobre a evitabilidade de futuros estupros. Assim, acredita-se que a autoculpa caracterológica reflita autodepreciação e baixa autoestima, enquanto a autoculpa comportamental provavelmente representa uma tentativa de restabelecer o controle após a vitimização (Janoff-Bulman, 1982). A autora também constatou que, em vítimas de estupro do sexo feminino, a autorrecriminação era significativamente mais comportamental do que caracterológica (Witte; Flechsenhar, 2025, p. 2360, tradução nossa)[9].

O fenômeno da culpabilização pode ser caracterizado, de acordo com a Terapia Cognitivo-Comportamental, como caracterológico ou comportamental; ambas possuem diferentes focos, definição, sentimento associado e impacto nos indivíduos. Em casos de vítimas de violência doméstica conjugal, a autoculpa caracterológica se estabelece de maneira explícita em casos como no exemplo: "O meu relacionamento acabou porque eu sou uma pessoa difícil de amar" (atribuindo a culpa ao caráter); enquanto a autoculpa comportamental seria evidenciada em: "O meu relacionamento acabou porque eu não dediquei tempo suficiente ao meu parceiro" (atribuindo a culpa a uma conduta).

Para fundamentar a articulação meta-teórica entre esses diferentes campos, consideramos que as categorias de autoculpa caracterológica e comportamental, originalmente descritas pela psicologia clínico-comportamental de Janoff-Bulman (1979) não são aqui adotadas como estados psicológicos puramente individuais ou patologizações da vítima. Do ponto de vista epistemológico, esses dois tipos de autoculpa são analisados como esquemas cognitivo-culturais/*frames* estruturados e compartilhados

[9] Janoff-Bulman (1979) showed that whereas characterological self-blaming maximized perceptions of one's vulnerability, behavioral self-blaming maximized beliefs about the avoidability of future rape. Thus, characterological self-blaming is thought to reflect self-deprecation and low self-esteem, whereas behavioral self-blaming is more likely to represent an attempt to reestablish control after victimization (Janoff-Bulman, 1982). The author also found that with female rape victims, self-blame was significantly more often behavioral than characterological (Witte; Flechsenhar, 2025, p.2360).

socialmente, o que, sob a ótica da Linguística Cognitiva, implica abordar o funcionamento desses frames como recursos estruturantes que preenchem lacunas nos espaços mentais (Fauconnier, 1994) durante o processamento discursivo on-line. Paralelamente, sob a perspectiva do dialogismo bakhtiniano (Bakhtin, 2016), tais esquemas representam a internalização e re-vocalização (dialogismo interno) de discursos sociais patriarcais e punitivos que, historicamente, responsabilizam as mulheres pelas violências sofridas. Assim, a mediação teórica se estabelece sem sobreposição: a psicologia cognitivo-comportamental contribui com os construtos empíricos sobre a percepção de agência e controle da vítima; o dialogismo descreve a origem sociocultural dessas vozes em disputa; e a Linguística Cognitiva mapeia a arquitetura mental e os mecanismos de projeção que viabilizam a emergência discursiva desses sentidos de autoculpa no texto das vítimas.

As emoções desempenham papel decisivo nesse processo. Emoções como medo, vergonha ou ambivalência, quando linguisticamente mobilizadas, estruturam espaços mentais avaliativos que reforçam a orientação argumentativa do discurso. Ao serem apresentadas como reações internas da vítima, essas emoções podem funcionar como elementos explicativos do evento violento, contribuindo para leituras que sugerem corresponsabilidade ou falha individual. Trata-se de um mecanismo sutil, no qual a emoção não apenas expressa a experiência vivida, mas participa ativamente da construção de sentidos que atenuam a agência do agressor e reposicionam a vítima no centro da avaliação. Nessa perspectiva, a vítima deixa de ser concebida prioritariamente como destinatária de uma ação violenta e passa a ser representada como um agente cujas escolhas, comportamentos, emoções ou decisões se tornam passíveis de julgamento. Trata-se de um deslocamento sutil, mas profundamente significativo, na organização dos sentidos, pois altera o eixo interpretativo do evento violento, transferindo o foco da ação do agressor para a conduta da vítima.

A compreensão da culpabilização no discurso de vítimas de violência exige uma abordagem que considere a linguagem como prática social, na qual os sentidos são produzidos, negociados e legitimados em contextos históricos e ideológicos específicos. Nessa perspectiva, o discurso não se limita à transmissão de informações, mas constitui um espaço de construção de posicionamentos, no qual sujeitos são inscritos em determinadas relações de poder e responsabilidade.

Conforme argumenta Mikhail Bakhtin (2016), os enunciados se organizam sempre em relação a outros dizeres, sendo atravessados por vozes sociais que orientam sua produção e interpretação. Assim, a culpabilização da vítima não pode ser compreendida como um fenômeno individual ou isolado, mas como efeito de discursos socialmente compartilhados que regulam comportamentos e atribuem sentidos às experiências vividas.

A argumentatividade implícita, nesse contexto, não se configura como uma estratégia deliberada de autopunição discursiva, mas como um efeito da internalização de discursos sociais que naturalizam a violência e regulam as formas legítimas de narrá-la. Ao articular diferentes espaços mentais de evento, de memória, de hipótese ou de avaliação, o discurso da vítima pode acabar reproduzindo padrões interpretativos que sustentam a culpabilização, mesmo quando a intenção comunicativa é relatar, justificar ou compreender a própria experiência.

Dessa forma, analisar a argumentatividade implícita na construção de sentidos sobre a violência implica reconhecer que a linguagem não reflete a experiência traumática, mas a reorganiza cognitivamente, atribuindo valores, causas e responsabilidades. A partir da Teoria dos Espaços Mentais, torna-se possível identificar como essas orientações argumentativas emergem da interação entre emoção, contexto e estrutura discursiva, revelando os mecanismos pelos quais a violência é interpretada, explicada e, em certos casos, silenciosamente legitimada.

Agência e Avaliação dos Espaços Mentais e o Discurso de Vítimas

Nos discursos de vítimas de violência, as emoções não se apresentam apenas como estados internos subjetivos, mas como elementos estruturantes dos espaços mentais ativados na interação discursiva. À luz da Teoria dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1994; Fauconnier e Turner, 2002), as narrativas dessas mulheres organizam-se por meio da construção dinâmica de cenários cognitivos nos quais sentimentos como medo, culpa, vergonha e amor operam como gatilhos de enquadramento (frames), orientando a interpretação dos eventos vividos e narrados.

O medo, recorrente nesse tipo de discurso, funciona como um operador cognitivo que restringe a agência da vítima nos espaços mentais construídos. Ao projetar cenários

futuros de ameaça, muitas vezes implícitos e não verbalizados de forma direta, o discurso ativa espaços hipotéticos nos quais a ação da mulher é concebida como moralmente sancionada (culpabilização). Nesses espaços, a agência é deslocada da vítima para o agressor ou para forças externas (o álcool, as drogas ou o jeito do agressor), produzindo uma configuração discursiva em que o não agir surge como estratégia de sobrevivência, e não como passividade.

A avaliação dos acontecimentos, por sua vez, é construída de maneira indireta e implícita, em consonância com o que a literatura sobre argumentatividade implícita aponta como um traço central de discursos marcados por assimetrias de poder. Em vez de julgamentos explícitos, as vítimas frequentemente recorrem a construções avaliativas ancoradas em experiências corporificadas e emocionais, que funcionam como evidências tácitas da gravidade da violência sofrida. Assim, a avaliação emerge menos como um ato declarativo e mais como um efeito cognitivo-discursivo produzido pela ativação de espaços mentais que normalizam, justificam ou, frequentemente, atenuam a violência.

Nesse processo, observa-se uma dinâmica constante entre agência e afetividade. As emoções reorganizam os parâmetros de possibilidade dentro dos espaços mentais disponíveis à vítima. Conforme discutido por Kövecses (2020), as emoções são profundamente moldadas por modelos culturais e metáforas conceptuais, o que explica por que sentimentos como o amor e o medo podem coexistir e sustentar interpretações contraditórias do mesmo evento violento. No discurso das vítimas, esse entrelaçamento gera avaliações ambíguas, nas quais o agressor pode ser simultaneamente construído como ameaça e como figura afetiva, e a vítima, como sujeita que sofre e que escolhe “aguentar”. Esse tipo de construção, pautada na metáfora de AMOR É SACRIFÍCIO, é amplamente discutido em Almeida (2025).

Desse modo, a análise das emoções, da agência e da avaliação nos espaços mentais no discurso das vítimas revela que a violência não se manifesta apenas no plano dos acontecimentos narrados, mas também na arquitetura cognitiva que sustenta a produção de sentido, isto é, nos bastidores da cognição. Essa configuração torna-se observável por meio de índices linguísticos que sinalizam a abertura e a organização de espaços mentais, como conectivos, tempos verbais e modalizadores.

Nos excertos analisados, conectivos como “porque”, “mas” e “depois” estruturam relações causais e temporais que projetam diferentes enquadramentos da experiência (“primeiro você fica porque ama, depois você fica porque precisa e depois você fica porque tem medo”), evidenciando a construção progressiva de estados emocionais e decisões. Além disso, o uso recorrente do pretérito imperfeito (“era”, “fazia”, “começava”) indica habitualidade e continuidade da violência, contribuindo para a configuração de um espaço mental de permanência e naturalização das agressões. Já os modalizadores, especialmente expressões como “eu acho”, “como se fosse” e “eu não vou mentir”, introduzem avaliações subjetivas e graus de comprometimento epistêmico, como em “é como se fosse estupro”, revelando a negociação cognitiva da experiência vivida. Assim, esses elementos linguísticos não apenas organizam o discurso, mas também explicitam os mecanismos pelos quais as vítimas constroem, interpretam e reconfiguram suas experiências de violência.

A articulação entre a perspectiva discursiva e a Linguística Cognitiva, proposta neste estudo, não se configura como uma sobreposição de modelos teóricos, mas como uma integração orientada pelo objeto de análise. Partindo da concepção de linguagem como prática social, conforme Mikhail Bakhtin (2016), compreende-se que os sentidos são produzidos em contextos históricos e atravessados por relações de poder. Nesse quadro, a argumentatividade implícita permite identificar os modos pelos quais tais sentidos se organizam discursivamente, operando por meio de inferências e pressupostos que orientam a interpretação dos enunciados.

No âmbito da Linguística Cognitiva, a noção de *frames*, conforme proposta por Charles J. Fillmore (1982), contribui para a compreensão dos esquemas de conhecimento que estruturam a interpretação da experiência, enquanto os Espaços Mentais (1994) e os Processos de Integração Conceptual (blending), desenvolvidos por Gilles Fauconnier e Mark Turner (2002), permitem descrever a construção dinâmica de cenários e projeções de sentido que sustentam tais inferências. Essas estruturas possibilitam compreender como determinados enunciados ativam modelos interpretativos que favorecem a atribuição de responsabilidade à vítima.

Nesse viés, a perspectiva sociocognitiva de van Dijk (2008) possibilita articular os níveis discursivo e cognitivo, ao considerar que a produção e a compreensão do discurso estão ancoradas em modelos mentais socialmente compartilhados, os quais refletem e

reproduzem relações de poder. Assim, a culpabilização pode ser entendida como resultado da ativação de modelos cognitivos que orientam a interpretação dos eventos, ao mesmo tempo em que se inscrevem em práticas discursivas mais amplas.

Logo, a dimensão cognitiva não é tomada como explicação autônoma, mas como componente que permite aprofundar a compreensão dos efeitos discursivos, evidenciando como a organização dos enunciados participa da produção e da legitimação de determinadas formas de interpretar a experiência da violência.

Ao mapear esses espaços, torna-se possível compreender como a linguagem participa ativamente da manutenção, da naturalização ou da problematização da violência, evidenciando que o discurso não apenas reflete a experiência da vítima, mas também a organiza, a justifica e, em certos casos, a silencia.

Análise dos Dados: evidências de culpabilização

Este estudo adota uma abordagem metodológica de reanálise de dados qualitativos secundários, utilizando como corpus narrativas de mulheres em situação de violência doméstica originalmente geradas e publicadas por Callou *et al.* (2023) na revista Contexto & Saúde. A opção pelo uso de dados qualitativos secundários fundamenta-se em dois critérios éticos e metodológicos. O primeiro, sob o preceito ético de não maleficência, a reanálise evita submeter mulheres sobreviventes de violência ao estresse emocional de novas entrevistas e à potencial re-vitimização. O segundo é que o procedimento aplica uma abordagem analítica inovadora – a Teoria dos Espaços Mentais aliada à argumentatividade implícita – sobre um material já validado e legitimado por pesquisa de campo anterior. A análise foi realizada sobre os quatro excertos discursivos que apresentaremos a seguir, buscando evidenciar a arquitetura cognitiva da culpabilização implícita.

Com base na Teoria dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1994; van Dijk, 2008), a análise foi estruturada segundo quatro critérios principais:

- **Espaço-base (factual):** representa os eventos concretos narrados pela vítima – descrições de acontecimentos, agressões, comportamentos observáveis;

- **Espaço da decisão (derivado):** envolve as escolhas e decisões sobre permanecer ou responder à violência, articuladas a motivos imediatos e decisões de ação/inércia;
- **Espaço avaliativo-social:** inclui a organização de valores socioculturais, normas e expectativas que orientam julgamentos sobre a conduta, legitimidade de comportamentos e significados da experiência;
- **Espaço justificativo (contrafactual implícito)**: abrange as narrativas de "o que poderia ter sido diferente", ideias implícitas de causalidade alternativa ou responsabilidade, frequentemente não explicitadas, mas que orientam a interpretação da experiência (ex.: se eu tivesse feito X, isso não teria acontecido).

A partir desses critérios, identificam-se evidências de culpabilização implícita articuladas à argumentatividade implícita nos relatos, isto é, construções de sentido que orientam interpretações de responsabilidade ou agência da própria vítima, sem formulação argumentativa explícita, mas como efeito de estruturas cognitivas e discursivas.

Análise dos relatos: Espaços Mentais

Os enunciados selecionados evidenciam a presença de mecanismos de argumentatividade implícita que operam na construção da culpabilização. Em diversos trechos, observa-se que a responsabilidade pela situação de violência é deslocada para a própria vítima, por meio de inferências que não são explicitamente formuladas, mas que orientam a interpretação do discurso.

A partir da noção de espaços mentais, é possível identificar a ativação de cenários hipotéticos nos quais a vítima é posicionada como agente de suas próprias experiências negativas. No entanto, mais do que descrever tais estruturas, interessa compreender seus efeitos discursivos: ao organizar o enunciado dessa forma, o discurso contribui para a naturalização da violência e para a internalização da culpa pelo sujeito. Além disso, esses enunciados se ancoram em pressupostos socialmente compartilhados acerca de papéis de gênero e comportamentos esperados, o que reforça seu caráter ideológico. A ideia de que a vítima poderia ou deveria ter evitado a violência inscreve-se em um quadro mais amplo de discursos que regulam condutas e atribuem responsabilidade de forma desigual. Assim, a

argumentatividade implícita não apenas organiza o enunciado, mas também participa da manutenção de relações de poder, ao legitimar a transferência de responsabilidade para o sujeito que sofre a violência.

A análise a seguir evidenciará que a culpabilização não se apresenta como um conteúdo explícito, mas como um efeito produzido pela articulação entre linguagem, inferência e contexto social. Os enunciados abaixo demonstram que a responsabilização da vítima é construída discursivamente por meio de mecanismos sutis, porém eficazes, que operam na organização dos sentidos e na reprodução de estruturas simbólicas de dominação.

Quadro 1. Excerto 1

"E depois fica o que? A pressão psicológica que essa sempre está presente todo tempo. E aí essa é a pior e quase toda mulher sofre... É a pior porque você leva um tapa, você dá outro, você é agredida, mas você agride e não há vantagem, mas você agride. E a psicológica você aguenta, você não tem coragem de dizer nem metade das coisas que você escuta... É aí onde começa toda violência; você não tem mais o limite... Primeiro você fica porque ama, depois você fica porque precisa e depois você fica porque tem medo" (Liatris – 41 anos).

Fonte: Callou; et al. (2023, p. 5).

a) Espaço-base (factual): pressão psicológica constante; presença de agressões físicas e psicológicas.
b) Espaço da decisão (derivado): justificativa de permanência: "fica porque ama", "fica porque precisa", "fica por medo".
c) Espaço avaliativo-social: incorpora valores e expectativas sociais de amor, necessidade familiar e medo como motivos legítimos para permanecer.
d) Espaço justificativo (contrafactual implícito): implícita a ideia de que "se eu não amasse / se eu não precisasse / se eu não tivesse medo, isso seria diferente", responsabilizando parcialmente a vítima por permanecer.

A estrutura cognitiva do relato não se limita à representação da agressão, mas evidencia uma dinâmica mais complexa, que pode ser compreendida como uma "metamorfose de motivação" que sustenta a permanência da vítima na relação. Inicialmente, é possível observar a ativação de um frame afetivo-relacional, no qual a vítima se insere no papel de parceira e mobiliza o amor como justificativa para a continuidade do vínculo ("primeiro você fica porque ama"). Em seguida, projeta-se um frame de

sobrevivência, ancorado na experiência da violência (“pressão psicológica”, “tapa”) e nas respostas emocionais associadas, como o medo e a necessidade (“depois você fica porque precisa”, “depois você fica porque tem medo”).

No espaço mental integrado, esses diferentes domínios são projetados simultaneamente sobre o mesmo agente (a vítima), que passa a organizar suas motivações em uma gradação (“primeiro... depois... depois”), construindo uma lógica de agência interna. Esse encadeamento não apenas estrutura temporalmente a experiência, mas também produz um efeito argumentativo implícito, na medida em que desloca o foco da violência para as razões da permanência. Assim, a culpabilização emerge no fechamento do raciocínio: ao afirmar que “fica porque ama”, o discurso reconfigura a permanência como resultado de uma escolha interna, tornando a vítima uma agente avaliável e, consequentemente, parcialmente responsabilizada pela continuidade da situação de violência.

O dinamismo desta rede cognitiva está na forma como os elementos factuais do espaço-base (a agressão física e psicológica contínua) projetam-se seletivamente sobre os espaços evocados da decisão e avaliativo-social. No espaço integrado (*blend*), a realidade imediata da violência funde-se com os *scripts* socioculturais internalizados sobre o amor romântico e a dependência mútua. O que emerge dessa mesclagem é uma reconfiguração dinâmica da agência da vítima: a inércia física imposta pelo contexto de coerção é cognitivamente ressignificada como uma “escolha” (“fica porque ama”, “fica porque precisa”). O fluxo dinâmico do processamento on-line gera, assim, um efeito de completude cognitiva (completion), em que a vítima reconstrói o cenário de modo que a permanência dependa de sua própria vontade, abrindo caminho para a manifestação discursiva da autoculpa comportamental.

Quadro 2. Excerto 2

“Tudo ele fazia pra me machucar, pra me magoar. Ele me chamava de rapariga, de vagabunda, de fuleragem, tudo isso eu acho que magoa muito as pessoas... Começava as agressões, dizendo palavrão, ‘quem manda aqui sou eu’, era desse jeito; ‘e no dia que eu lhe pegar com outro, eu lhe mato’... Era sempre por medo mesmo (que permanecia com ele); medo dele fazer alguma coisa comigo, com os meninos; era o medo que eu tinha” (Amarilis – 65 anos).

Fonte: Callou; et al. (2023, p. 5).

a) Espaço-base (factual): insultos, ameaças de morte, agressões verbais por parte do parceiro.
b) Espaço da decisão (derivado): a permanência pautada no medo pelo bem próprio e dos filhos.
c) Espaço avaliativo-social: valores de proteção familiar e medo socialmente compreendido como motivo justificável.
d) Espaço justificativo (contrafactual implícito): subentende-se "se eu não tivesse medo, talvez eu conseguiria sair", implicando responsabilidade da própria vítima por sua condição.

O relato não apenas descreve episódios de violência, mas articula diferentes frames que, ao serem integrados, constroem um cenário de terror psicológico contínuo. Inicialmente, é possível observar a ativação de um frame de identidade social e moral, no qual os insultos ("rapariga", "vagabunda", "fuleragem") operam como mecanismos de desqualificação da vítima, afetando sua autoimagem e posição social. Em seguida, se projeta um frame de ameaça letal, evidenciado pela enunciação "eu lhe mato" e pela afirmação de autoridade do agressor ("quem manda aqui sou eu"), que estrutura uma relação assimétrica de poder. Esse segundo frame articula-se ainda ao papel social da vítima como mãe, ativando um domínio de proteção familiar ("medo dele fazer alguma coisa comigo, com os meninos").

No espaço mental integrado, os insultos e as ameaças são mesclados, produzindo um quadro de coerção total que ultrapassa a agressão pontual e se configura como condição permanente. A permanência na relação, então, é discursivamente organizada como uma "escolha" ancorada no medo, explicitada na formulação "era sempre por medo". Esse encadeamento constrói uma argumentatividade implícita em que o medo funciona como critério justificativo central: ao ser apresentado como razão suficiente para permanecer, ele sugere que, na sua ausência, a saída seria possível. Com isso, o discurso desloca parcialmente a responsabilidade para a vítima, ao mesmo tempo em que obscurece a estrutura de poder imposta pelo agressor, evidenciada em enunciados como "quem manda aqui sou eu".

A dinâmica interativa dos espaços manifesta-se na projeção dos insultos reais do espaço-base para o espaço avaliativo-social, o que mobiliza simultaneamente o *frame* de proteção maternal (“medo de fazer alguma coisa com os meninos”). No espaço justificativo (contrafactual), projeta-se uma realidade alternativa dinâmica (“se eu não tivesse medo…”), que se funde ao espaço da decisão no *blend*. Nessa integração conceptual, a agência violenta e opressora do agressor (factual no espaço-base) é temporariamente silenciada no plano discursivo, emergindo em seu lugar uma autoavaliação focada na própria “paralisia” da vítima. A fusão desses espaços mentais ilustra como o fluxo da narrativa opera um deslocamento contínuo de responsabilidade.

Outro aspecto relevante diz respeito à dimensão enunciativa do relato, na medida em que o discurso da vítima incorpora e reinscreve a voz do agressor por meio do discurso reportado “quem manda aqui sou eu”, “eu lhe mato”. Conforme aponta Mikhail Bakhtin (2016), todo enunciado é atravessado por múltiplas vozes, e, nesse caso, a presença direta da fala do agressor não apenas rememora a violência, mas a reatualiza no próprio ato de dizer. Essa incorporação contribui para a manutenção da assimetria de poder no plano discursivo, uma vez que a autoridade do agressor é reiterada dentro do discurso da vítima. Além disso, ao intercalar sua própria avaliação (“eu acho que magoa muito as pessoas”) com a reprodução das falas violentas, o sujeito constrói um movimento de negociação de sentidos, no qual busca, simultaneamente, legitimar seu sofrimento e conferir inteligibilidade à experiência vivida. Esse funcionamento evidencia que o discurso não apenas representa a violência, mas constitui um espaço em que suas dinâmicas são reencenadas, revelando a persistência de relações de poder mesmo no momento da enunciação.

Quadro 3. Excerto 3

“Eu aguentava porque eu tinha medo de deixar ele... Como ele bebia, ele era uma pessoa muito agressiva e eu tinha medo. Como muita gente dizia a mim assim: ‘mulher, tu não deixa porque tu não tem coragem’; ‘mulher, não é assim não’; só quem sabe é quem vive... Aí eu não deixava de jeito nenhum porque eu não vou mentir, eu tinha medo de morrer... Pra bater era mais fim de semana, mas as ameaças e humilhações era todo dia” (Frésia – 48 anos).

Fonte: Callou; et al. (2023, p. 5).

a) Espaço-base (factual): padrão de agressões físicas e psicológicas, humilhações regulares.
b) Espaço da decisão (derivado): permanência ancorada no medo explícito de morte ou de consequências graves.
c) Espaço avaliativo-social: discurso social sobre perigo de deixar parceiro; medo socialmente normativo.
d) Espaço justificativo (contrafactual implícito): implícita avaliação de que "se eu deixasse, eu correria risco de morte", fortalecendo a narrativa de incapacidade de ação.

O relato evidencia não apenas a experiência da violência, mas a constituição de uma rede de monitoramento social que atravessa a narrativa da vítima. É possível observar, inicialmente, a ativação de um frame de julgamento externo, no qual vozes sociais são incorporadas ao discurso direto ("mulher, tu não deixa porque tu não tem coragem"), mobilizando valores normativos associados à coragem e à autonomia feminina. Esse frame é tensionado por um segundo domínio, ancorado na experiência vivida da vítima, que projeta um cenário de risco real, marcado pela agressividade associada ao consumo de álcool e pela ameaça constante à vida ("eu tinha medo de morrer").

No espaço mental integrado, a cobrança social por coragem é projetada sobre o espaço de medo, produzindo um conflito interpretativo em que a permanência na relação precisa ser justificada. Nesse processo, emerge uma construção contrafactual implícita: aquilo que é externamente rotulado como "falta de coragem" é ressignificado, no interior da experiência da vítima, como uma estratégia de preservação da vida. No entanto, ao incorporar e dialogar com esse frame social, o discurso também internaliza parcialmente essa avaliação externa, como se observa em marcas como "eu não vou mentir, eu tinha medo", que deslocam a permanência para o campo da responsabilidade individual. Assim, a argumentatividade implícita se constrói na tensão entre julgamento social e experiência traumática, produzindo um efeito de culpabilização que obscurece as condições estruturais de violência que limitam a agência da vítima. Um aspecto ainda pouco explorado no excerto diz respeito à disputa entre diferentes regimes de verdade que atravessam o enunciado. Ao afirmar "só quem sabe é quem vive", a vítima estabelece uma fronteira epistêmica entre o

saber experiencial e o julgamento externo, desautorizando, ao menos parcialmente, o discurso social que a interpela. Nesse movimento, o enunciado opera uma reconfiguração dos frames em conflito, na medida em que reposiciona a experiência vivida como critério legítimo de interpretação da realidade. No entanto, essa tentativa de reapropriação do sentido não se realiza de forma plena, pois o discurso ainda se organiza em diálogo com as vozes sociais que o questionam, evidenciando um processo de negociação permanente.

À luz da perspectiva sociocognitiva de van Dijk (2008), é possível compreender que tal tensão reflete a coexistência de modelos mentais concorrentes: de um lado, um modelo social normativo que associa permanência à falta de coragem; de outro, um modelo experiencial que associa a saída ao risco de morte. O efeito resultante dessa sobreposição não é a simples substituição de um pelo outro, mas a produção de um discurso marcado pela oscilação, no qual a vítima precisa justificar-se e afirmar a legitimidade de sua própria experiência. Assim, a culpabilização não se estabelece apenas pela internalização de um julgamento externo, mas pela dificuldade de estabilizar um enquadramento interpretativo que rompa definitivamente com os esquemas sociais que a interpelam.

O dinamismo da rede neste ponto está na tensão dialógica ativa entre o julgamento social (“tu não deixa porque tu não tem coragem”) e a experiência corpórea do perigo (“medo de morrer”). O espaço-base (ameaças diárias) projeta-se sobre o espaço avaliativo-social, o que força a emergência de um espaço-justificativo. No *blend*, o input da “covardia” social e o da “preservação da vida” se confundem: a inação, rotulada externamente como falta de coragem, é ressignificada na estrutura emergente como tática dinâmica de sobrevivência. No entanto, essa estabilização é tensionada pelo dialogismo, pois a vítima sente a necessidade de responder ativamente ao julgamento do outro no fluxo discursivo (“eu não vou mentir”), o que evidencia que os espaços mentais funcionam como uma rede viva, fluida e em constante negociação de agência.

Quadro 4. Excerto 4

“É como se fosse estupro, mas chega a ser um estupro mesmo porque você não denuncia, né? Você aguenta tudo em casa; você não tá desejando, você não quer mais aquele marido, mas se submete, entendeu? Se submete a ele por medo, por tudo. É aquela velha história, você não quer o marido, você tem nojo depois de você ser agredida; você faz sexo porquê?” (Liatris – 41 anos).

Fonte: Callou; et al. (2023, p. 7).

a) Espaço-base (factual): O espaço-base constrói o quadro experiencial concreto da violência sexual no contexto conjugal, marcado por: ausência de desejo (“você não tá desejando”); rejeição corporal e afetiva (“você tem nojo”); prática sexual não consentida e coexistência de violência física/psicológica prévia (“depois de você ser agredida”).

Neste espaço, o estupro conjugal é reconhecido pela própria vítima, ainda que inicialmente atenuado por uma formulação comparativa (“como se fosse estupro”), indicando tensão entre experiência vivida e reconhecimento social do crime.

b) Espaço da decisão (derivado)

O espaço da decisão emerge da projeção entre: o medo (“por medo, por tudo”), a não denúncia, a submissão reiterada (“se submete”).

Aqui, a vítima constrói discursivamente a permanência na relação e a prática sexual forçada como resultado de uma decisão condicionada, e não de uma imposição absoluta. A forma verbal reflexiva (“se submete”) desloca parcialmente a agência para o sujeito feminino, ainda que o contexto seja de coerção extrema. Nessa perspectiva, a submissão aparece como escolha derivada, e não como efeito direto da violência estrutural.

c) Espaço avaliativo-social

Neste espaço, ativam-se normas e expectativas sociais cristalizadas, especialmente: a naturalização do sexo conjugal (“aquela velha história”); a expectativa de disponibilidade sexual da esposa, independentemente do desejo; a associação entre denúncia e legitimidade da violência (“porque você não denuncia, né?”).

A pergunta retórica (“né?”) funciona como marcador interacional de avaliação social internalizada, sugerindo que a ausência de denúncia fragiliza o estatuto de vítima (relativizam a violência quando não há ruptura pública/denúncia).

d) Espaço justificativo (contrafactual implícito)

O espaço justificativo constrói-se por inferência contrafactual: se ela denunciasse, seria estupro “de verdade”; se ela não se submetesse, a violência não ocorreria; se fosse realmente inaceitável, ela não aguentaria.

No caso de Liatris, observa-se uma integração conceptual entre dois domínios sociocognitivos tradicionalmente excludentes: o matrimônio e o estupro. No primeiro, são organizados os papéis de esposa e marido, bem como o script de dever conjugal e disponibilidade sexual; no segundo, configuram-se os papéis de agressor e vítima, associados ao não consentimento, ao nojo e à violência física e psicológica.

Na mesclagem, há uma projeção seletiva desses inputs: preserva-se o papel de "esposa" e o vínculo conjugal, ao mesmo tempo em que se incorporam elementos de violência e rejeição corporal. Dessa integração emerge uma estrutura paradoxal que pode ser descrita como "submissão voluntária forçada", na qual a forma reflexiva "se submete" atribui à vítima uma agência que não corresponde à sua condição factual, mas que é exigida pelo frame matrimonial.

A pergunta final "você faz sexo por quê?" funciona como mecanismo de fechamento inferencial (completion), demandando coerência interna para o blend. Nesse processo, a permanência na relação e a prática sexual forçada são reinterpretadas como escolhas da vítima, produzindo um efeito de culpabilização que não decorre de um julgamento individual equivocado, mas da própria lógica estrutural da rede de integração conceptual.

Essas inferências não são ditas, mas estruturam a lógica discursiva que atravessa o relato. A pergunta final "você faz sexo por quê?", sintetiza esse espaço ao transformar a violência sofrida em um problema de explicação da conduta da vítima (a necessidade de justificar a submissão desloca o foco do agressor para a mulher).

As análises demonstram que a culpabilização no discurso de vítimas de violência doméstica emerge como um efeito da articulação entre espaços mentais interligados, nos termos de Fauconnier (1994; 1997; 2002), nos quais experiências factuais de violência são elaboradas por avaliações sociais e justificações implícitas. Ancorados em frames culturalmente disponíveis (Kövecses, 2020), esses espaços reconfiguram a agência da vítima e atenuam a responsabilização do agressor, produzindo sentidos que naturalizam a permanência, o medo e a submissão. A argumentatividade implícita, longe de operar como escolha consciente, funciona como mecanismo discursivo-cognitivo que internaliza relações de poder (van Dijk, 2008), evidenciando como a culpabilização se constrói e se estabiliza no próprio discurso das vítimas.

Os resultados da análise permitem afirmar que a culpabilização da vítima não é apenas um fenômeno individual, mas um processo discursivo socialmente construído. Ao mobilizar estratégias implícitas de argumentação, os enunciados analisados contribuem para a manutenção de estruturas simbólicas que legitimam a violência.

Nesse sentido, a linguagem atua como um espaço de reprodução de relações de poder, no qual a vítima é frequentemente posicionada como corresponsável pela violência sofrida. Esse processo evidencia a importância de uma abordagem que considere não apenas os aspectos formais da linguagem, mas também seus efeitos sociais e ideológicos.

Considerações Finais

Este artigo buscou compreender como a culpabilização se manifesta no discurso de mulheres em situação de violência doméstica a partir da articulação entre espaços mentais e argumentatividade implícita. A análise evidenciou que os relatos não apenas descrevem experiências de violência, mas organizam cognitivamente essas vivências por meio de avaliações, justificativas e decisões que se constroem sob forte influência de pressões sociais, morais e afetivas. Nesse processo, a agência da vítima é frequentemente reconfigurada de modo ambíguo: ao mesmo tempo em que a violência é reconhecida, surgem sentidos que deslocam, atenuam ou redistribuem responsabilidades.

A Teoria dos Espaços Mentais mostrou-se produtiva para rastrear esse movimento, ao permitir identificar como o espaço-base factual da agressão é continuamente elaborado por espaços avaliativos e justificativos que naturalizam a permanência na relação violenta, o medo e a submissão. Esses desdobramentos não operam como estratégias discursivas conscientes, mas como efeitos de uma organização cognitiva e discursiva ancorada em frames socioculturais amplamente compartilhados, que regulam o que pode ser dito, sentido e interpretado sobre a violência.

Os dados analisados indicam que a argumentatividade implícita desempenha papel central nesse processo, funcionando como mecanismo de estabilização de sentidos que, mesmo sem acusações explícitas, favorecem leituras culpabilizantes. Assim, a violência é frequentemente enquadrada como consequência de escolhas, resistências insuficientes ou

circunstâncias inevitáveis, enquanto a ação do agressor tende a ser normalizada ou deslocada para um plano secundário.

Ao articular cognição, discurso e violência, este estudo contribui para o aprofundamento das discussões sobre responsabilização implícita no campo dos estudos linguísticos, oferecendo subsídios analíticos para abordagens críticas que visem desnaturalizar formas sutis de culpabilização e ampliar a compreensão dos modos pelos quais a violência doméstica é significada, narrada e socialmente legitimada.

Este estudo evidenciou que a culpabilização no discurso de vítimas se constrói, em grande medida, por meio de mecanismos de argumentatividade implícita que operam na organização dos sentidos. Ao articular uma perspectiva discursiva com contribuições da linguística cognitiva, foi possível compreender como estruturas linguísticas participam da produção e da legitimação de práticas sociais.

Como limitação metodológica desta pesquisa, pontuamos que o corpus analisado restringe-se a quatro excertos qualitativos obtidos por reanálise de dados secundários. Por se tratar de estudo interpretativo de caráter qualitativo e voltado para o mapeamento microanalítico de estratégias cognitivo-discursivas, os resultados gerados não pretendem a generalização quantitativa ou estatística do comportamento ou perfil das vítimas de violência. Pelo contrário, o valor desta pesquisa reside em evidenciar a viabilidade do modelo teórico-metodológico proposto para rastrear a arquitetura da culpabilização implícita. Sugerimos que investigações futuras utilizem corpora mais amplos e diversificados para analisar a recorrência dessas estruturas e expandir a tipologia de subespaços mentais aqui delineada.

Os resultados reforçam a necessidade de análises que considerem a linguagem como prática social, destacando seu papel na manutenção de relações de poder e na perpetuação da violência. Espera-se, assim, contribuir para o avanço das discussões sobre discurso, violência e construção de sentidos.

Referências

ALMEIDA, Hanna Gabrielle do Vale. **Metáforas do amor na fala de mulheres vítimas diretas de violência doméstica.** 2025. 139 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 10 abr. 2025. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/6526 . Acesso em: 15 jan. 2026.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. Notas da edição russa Serguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.

CALLOU, Regiane Clarice Macêdo, *et al*. Violência doméstica contra a mulher: percepção e concepções a partir da história oral de vítimas. **Contexto & Saúde**, v. 23, n. 44, p. 1–10, 2023. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/12186/7454 Acesso em: 15 jan. 2026.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces**: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language.** Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. **The way we think**: conceptual blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

JANOFF-BULMAN, Ronnie. Characterological versus behavioral self-blame: inquiries into depression and rape. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 37, n. 10, p. 1798–1809, 1979. DOI: https://doi.org/10.1037/0022-3514.37.10.1798.

KÖVECSES, Zoltán. **Where metaphors come from**: reconsidering context in metaphor. Oxford: Oxford University Press, 2015.

KÖVECSES, Zoltán. **Extended conceptual metaphor theory.** Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

VAN DIJK, Teun A. **Discourse and power**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

WITTE, Louisa Pauline.; FLECHSENHAR, Aleya. **"It's Your Own Fault"**: factors influencing victim blaming. Journal of Interpersonal Violence, v. 40, n. 9–10, p. 2356–2380, 2025. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11951459/ . Acesso em: 20 jan 2026.

Sobre os autores

Hanna Gabrielle do Vale Almeida
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-6368-5100
Mestra em Letras com ênfase em estudos da linguagem (Linguística) pela Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Linguística e Formação de Leitores pela Faculdade Integrada Instituto Souza (MG). Graduada em Letras Português - Inglês pela Universidade Federal do Maranhão. Professora de Letras-Inglês na modalidade PARFOR (UFMA) e Professora de Letras - EAD (UNIASSELVI). Participa como pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Linguagem e Pensamento - Cognicão e Linguística (GELP-COLIN/ UFMA).

Leidiane do Livramento Lima Sarges
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-8900-9492
Mestra em Letras pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2025); Especialista em linguística e formação de leitores; Docência do ensino superior e Metodologia do ensino de língua portuguesa e inglesa pela Facuminas. Graduada em Letras - português e inglês pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Professora da educação básica nos municípios de Santa Helena e Turilândia (MA); Professora pelo PARFOR/UFMA/Bacabal.

Carliane Miranda Carneiro Aguiar
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-6183-384X
Mestra em Letras com ênfase em estudos da linguagem (Linguística) pela Universidade Federal do Maranhão. Professora substituta do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA / CESPD - Presidente Dutra).Professora efetiva da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão (SEDUC-MA).

Monica Fontenelle Carneiro
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0233-3450
Doutora, mestre e pós-doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará e pós-doutoranda em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória. Possui especializações pela UFMA e pela Universidade de Londres. É professora do DELER/UFMA e docente dos programas de pós-graduação em Letras (PPGL e PGLB) e Direito (PPGDIR) da mesma instituição. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Linguagem e Pensamento – Cognição e Linguística (GELP-COLIN/UFMA).

Cássius Guimarães Chai
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5893-3901b
Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais, é Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão (PPGDIR e PPGAERO) e docente da Faculdade de Direito de Vitória. Pesquisador do G20 Research Center (Pequim) e do Ibero-american Observatory of Health and Citizenship, integra diversas associações

acadêmicas nacionais e internacionais nas áreas de Ciência Política, Direito Constitucional, Internacional, Penal e Criminologia, além da ABEC e do IBCCrim.

Tiago de Aguiar Rodrigues
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5120-0908
Doutor e mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da UnB e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB). Atua nas áreas de Linguística Cognitivo-Funcional, Análise do Discurso e Ensino de Língua Portuguesa.